



**Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.**  
**Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.**

## **A RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE CAPITALISMO E RACISMO: O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA ENQUANTO PROJETO SOCIETÁRIO**

**DANIEL TADEU ALVES<sup>1</sup>**

**Resumo:** No modo de produção capitalista, as relações de poder e as necessidades específicas das relações de produção no Brasil, são estruturadas pelo racismo, que enquanto ideologia justificadora de explorações, estruturou o capitalismo periférico brasileiro, o Estado, suas políticas e instituições, criando sujeitos racistas e dando condições para a manutenção e continuidade do sistema de exploração da mão de obra da classe trabalhadora e dos privilégios do grupo identificado socialmente como branco. A população negra vem sofrendo inúmeras violências no capitalismo periférico do Brasil. Tais violências são características do genocídio da população negra orquestrado como uma política do Estado burguês brasileiro.

**Palavras chave:** Capitalismo Periférico; Racismo Estrutural; Genocídio.

**Resumen:** En el modo de producción capitalista, las relaciones de poder y las necesidades específicas de las relaciones de producción en Brasil, son estructuradas por el racismo, que como ideología justificadora de explotaciones, estructuró el capitalismo periférico brasileño, el Estado, sus políticas e instituciones, creando sujetos racistas y dando condiciones para la mantención y continuidad del sistema de explotación de la mano de obra de la clase obrera y de los privilegios del grupo identificado socialmente como blanco. La población negra vienen sufriendo innumerables violencias en el capitalismo periférico de Brasil. Tales violencias son características del genocidio de la población negra orquestada como una política del Estado burgués brasileño.

**Palabras claves:** Capitalismo Periférico; Racismo Estructural; Genocidio.

### **1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o debate e a produção de conhecimentos científicos acerca das relações raciais no Brasil se intensificaram trazendo importantes considerações para a compreensão da maneira como o racismo se apresenta na sociedade capitalista brasileira. Considerando o processo de desenvolvimento do capitalismo, repleto de especificidades nos países entendidos como periféricos, sobretudo os marcados pelo colonialismo e imperialismo escravocrata, o racismo se

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Faculdade Paulista de Serviço Social. E-mail: <daniel\_dta@hotmail.com>

apresenta como fator estruturante do modo de produção capitalista nestes países, ou seja, análises que busquem compreender o processo de acumulação de capital nos países de capitalismo periférico tratando o racismo como mera “temática”, correm sérios riscos de chegarem a análises incompletas ou incompatíveis com a realidade concreta e complexa do desenvolvimento do capital nesses países.

Neste sentido, nos dedicaremos mais profundamente a compreender a *relação estrutural estabelecida entre capitalismo e racismo no Brasil*. Para isso, nos dedicaremos na análise de como o racismo enquanto ideologia pré-capitalista, foi apropriado pelo capital e transformado em política de Estado. Buscaremos também, compreender o papel do Estado dentro do sistema capitalista e a função da política e das instituições mantidas pelo Estado na reprodução do racismo e qual a relação mantida entre capitalismo e racismo. Por último iremos discutir o racismo institucional, a operacionalização do genocídio anti negros e não brancos e a manutenção das relações de produção no capitalismo periférico brasileiro.

## **2. A FECUNDAÇÃO DA IDEOLOGIA RACISTA DE DOMINAÇÃO**

O racismo foi gestado como uma *ideologia racista de dominação*, uma ideologia que desumaniza e inferioriza as populações não brancas, além de criminalizar as culturas e demonizar as religiões de tais populações. A fecundação desta ideologia se deu para legitimar através de falsas teorias científicas e religiosas, a dominação e exploração do *branco* sobre o negro, e sobre todos os povos lidos como *não brancos*.

A gestação do racismo, enquanto uma *ideologia racista de dominação*, se deu no período pré-colonial, nos primórdios do capitalismo mercantil, emergindo da competição entre os diferentes povos europeus pelo enriquecimento e desenvolvimento de suas nações, e pelo controle do continente europeu. Com o desenvolvimento do sistema colonial, a competição entre os povos nórdicos, alpinos, mediterrâneos, etc, pelo domínio do continente europeu, enfraquece dando lugar a uma espécie de acordo entre essas nações que, objetivando o desenvolvimento

do capitalismo central, dos privilégios e poderes políticos, econômicos e socioculturais dos povos europeus, passaram a colonizar, dominar, escravizar e explorar os povos dos continentes Africano, Americano, Asiático e Oceânico.

Neste viés Clovis Moura traz uma importante contribuição para que possamos compreender a construção ideológica da noção de *branco*, que será utilizado para justificar a escravidão de todos aqueles lidos como "não-brancos". Segundo Moura (1994):

Como se vê, essa antropológico-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994, p. 4)

Essa união das diferentes etnias europeias se configurou em um "*pacto social racista*" feito para legitimar a invasão das terras, a escravização e desumanização dos grupos raciais e étnicos não brancos, afligidos por aqueles que, através da *ideologia racista de dominação* pactuada no contrato social racista das nações europeias, tornaram-se a "raça civilizada", a raça branca. Unida por um interesse em comum, a sede capitalista por acumulação de riqueza, o *branco europeu* marchou rumo à expansão de seus domínios, mesmo que isso significasse a colonização de continentes inteiros e o extermínio político/econômico e sociocultural dos povos não brancos destes continentes, ação característica das políticas do *projeto genocida* inaugurado no colonialismo escravista.

Neste sentido, o capitalismo tardio brasileiro, caracterizado pela herança colonial escravocrata, se desenvolveu tendo por base essa *ideologia racista de dominação*, deixado pelo branco europeu colonizador e herdado pela elite burguesa branca do Brasil. O racismo, no desenvolvimento da sociedade de classes brasileira, foi direcionado na perspectiva de perpetuar o "status quo" de uma socieda-

de marcada pela aristocracia branca da burguesia nacional com toda sua rede de privilégios, em detrimento da pobreza, miséria e subalternização da população negra e não branca.

### **3. A RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE RACISMO E CAPITALISMO**

Para compreendermos a relação estabelecida entre capitalismo e racismo, também se faz necessário analisar o papel do Estado no sistema capitalista e como o racismo enquanto *ideologia racista de dominação* esta relacionado a estrutura da ordem social vigente, como e porque essa ideologia se reproduz nas instituições e estruturas mantidas pelo Estado Burguês, perpetuando o racismo no tecido social e o transmitindo-o de geração para geração..

Pensar o Estado no sistema capitalista é pensar nas exigências necessárias para manter o pleno funcionamento do capital, ou seja, se trata de compreender as condições estruturais deste sistema. Tais condições estruturais são expressas no Estado, sendo este a principal instituição do capitalismo, uma vez que faz a mediação das relações sociais na sociedade de classes. Essas relações sociais mediadas pelo Estado tem na política um aparato de mediação na dimensão das relações de poder, seja por meio da violência física ou pela reprodução de ideologias que justificam as dominações entre os indivíduos, grupos e classes sociais que compõe a sociedade.

Em se tratando de um Estado Burguês, capitalista, em que a classe dominante detêm os meios de produção e explora a mão de obra da classe trabalhadora, o Estado cumprirá um papel fundamental, nas palavras de Silvio Almeida (2015):

No capitalismo, as relações políticas tomam forma de um Estado impessoal e exterior à vida social que, paradoxalmente, estabiliza a sociedade mantendo o processo de individualização e a separação de classe que caracterizam o capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, atua para impedir que os antagonismos e os conflitos destruam a vida social. (ALMEIDA, 2015, p.752)

Os antagonismos e os conflitos são fruto da disputa política entre as classes sociais e os grupos e indivíduos que as compõe, o que na lógica do capital da sentindo a intervenção do Estado que, constrói mecanismos de controle, amansamento e exploração da classe trabalhadora. Através da organização política da sociedade, das instituições que cria e mantém, o Estado visa dar continuidade ao projeto de sociabilidade capitalista, absorvendo suas contradições e suas mais cruéis características. Neste sentido, ALMEIDA (2015) afirma que:

Numa sociabilidade constituída pela relação entre indivíduos formalmente livres e iguais, em que a força de trabalho é também uma mercadoria, a manutenção da ordem e a 'internalização das múltiplas contradições', seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação, será papel do Estado. (ALMEIDA, 2015, p.751)

Observando o que foi dito na citação acima, em que o autor reafirma a dimensão da força de trabalho enquanto mercadoria, destacamos-a como sendo de suma importância para o entendimento das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista, tendo a exploração da mão de obra e a extração da mais-valia como elementos centrais nas relações mercantis do capital.

Porém, os níveis de exploração da mão de obra, a brutalidade com que este processo acontecerá, irá variar a depender de diversos elementos, como bem lembrou Silvio Almeida, "Mas mesmo a produção e a extração da mais-valia, processos que dão especificidade ao capitalismo, não são estritamente econômicos, e dependem de uma série de condições extra econômicas para se reproduzir" (ALMEIDA, 2015, p. 753). Aqui uma das condições extra econômica a ser analisada no processo de produção e reprodução do capital é a *ideologia racista de dominação*, ou seja, o racismo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Existem outras dimensões extra econômicas que são fundamentais para a análise e compreensão dos processos de exploração e manutenção da produção e reprodução do capital, como as questões de gênero e orientação sexual, que não serão abordadas com a profundidade que exigem, apenas serão analisadas dentro dos limites e objetivos deste trabalho.

Como já mencionado nos capítulos anteriores, o racismo se apresenta como ideologia fundamental para o desenvolvimento do capital, não só nos países de capitalismo periférico em que o racismo se desenvolve como ideologia estruturante que determina especificidades aos processos de acumulação nestas nações, mas também, no desenvolvimento, estabilização e estruturação do capitalismo em escala mundial. Pode-se observar tais fatos analisando os impactos do escravismo colonial e do imperialismo sofrido pelos países africanos, ameríndios, oceânicos e asiáticos, no processo de acumulação do capital nos países europeus de capitalismo central. É de extrema importância entender que aqui nossa análise não se limita aos processos econômicos, mas se estende as demais dimensões que o racismo estrutura, como as dimensões políticas, culturais, psíquicas, afetivas, etc.

Portanto, nos interessa compreender neste momento como o racismo estrutura as outras esferas da vida que, também são essenciais para a manutenção das relações de produção e reprodução do capital. Dentre as tantas esferas, a política - cumprindo o papel de medição das relações de poder estabelecidas pela sociabilidade regida pelos interesses burgueses - adquire expressões específicas a partir do racismo.

Como toda ideologia, o racismo é um aparato neutralizador da consciência dos sujeitos diante da realidade concreta que os cerca, em outras palavras, de acordo com os interesses políticos que buscam atender, as ideologias formam os sujeitos para além de sua vontade ou consciência. De tal maneira, a *ideologia racista de dominação* estrutura mecanismos de controle que, dentro das relações raciais/sociais da sociedade capitalista, se caracterizam como processos sociais de “*assujeitamento*” (ALMEIDA, 2015, p.755) dos indivíduos racistas e das vítimas dessa ideologia, em que ambos têm suas consciências, comportamentos e discursos produzidos e reproduzidos socialmente, a partir do racismo.

Para uma análise coerente das relações estruturais entre racismo e capitalismo, se faz necessário pontuar que esta ideologia se estrutura politicamente no

Estado Burguês de maneira racional. Por mais que a consciência dos indivíduos seja produzida e reproduzida através de diversos mecanismos sociais, tais mecanismos são fruto da racionalização dos interesses burgueses, o que significa dizer que, as estruturas necessárias para manter o racismo foram instituídas durante os processos sócio-históricos de desenvolvimento do sistema capitalista, através das ideias racionais e práticas concretas de indivíduos que infiltraram tal ideologia no bojo do Estado, de suas políticas e das instituições que mantém.

Parafrazeando Roswitha Scholz (1996) quando a autora discute o papel do sujeito dominador na criação de estruturas sociais capazes de reproduzir ideologias de dominação que lhe atribuem privilégios e poder, afirma que este sujeito “(...) na qualidade de dominador, de iniciador e realizador colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma, inclusive com relação a ele”(SCHOLZ, 1996, p. 15-36, apud ALMEIDA, 2015, p.757).

A citação acima nos revela que a política - como mecanismo de manutenção das relações de poder no Estado burguês - esta inundada pela *ideologia racista de dominação* de tal maneira que, atendendo aos interesses da classe dominante, fornece condições para reprodução do racismo infiltrando-o nos indivíduos e nas instituições que compõe a sociedade capitalista brasileira. Ou seja, “o racismo está inscrito nas estruturas sociais e no modo de funcionamento da política e da economia. Ao contrário do que se poderia pensar, o racismo, que só se reproduz com base no poder político, é quem forma os ‘sujeitos racistas’(...)” (ALMEIDA, 2015, p. 755).

É este poder político manuseado pelo Estado burguês, solidificado por ideologias como o racismo, que determina os lugares a serem ocupados no capitalismo periférico pelos indivíduos, grupos e classes sociais, a partir do gênero, raça e etnia dos sujeitos. Nas palavras de Luciano Góes (2017),

É dizer que o racismo é ontológico, estrutural, estruturante e condicionante de relações de todo Ocidente, arquitetado sob a concepção de raças,

construções políticas-sociais enraizadas em uma “superioridade” (re)legitimadas sistematicamente que dispensa, hoje, qualquer fundamentação, mantendo-se pelas práticas hierarquizantes, funcionais à manutenção da estrutura social (NASCIMENTO, 2007, apud GÓES, 2017, p. 4)

Neste processo, a branquitude é resultado da *ideologia racista de dominação*, ao pé que o racismo, como política de Estado, estrutura a sociedade capitalista de forma a minar as possibilidades de ascensão social da população negra, ao contrário, a submete às mais violentas e degradantes situações, de maneira a reproduzir as relações de produção do capital. Já a branquitude se consolida como mecanismo que atribui, dentro das relações sociais capitalistas, status, privilégios, autoridade, controle e poder hegemônico ao grupo identificado socialmente como branco. Lia Schucman (2014) traz que,

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUMAN, 2014, p. 84)

É a estruturação e manutenção destes mecanismos do Estado burguês que darão condições para a reprodução das relações de produção no bojo do sistema capitalista, em que os níveis de exploração e superexploração da mão de obra da classe trabalhadora se darão mediadas pelas ideologias absorvidas pelo capital. O que significa dizer que a branquitude, o racismo e o machismo farão a divisão sexual e racial do trabalho, colocando a população negra em geral, mas em especial as mulheres negras, em espaços de trabalho informais, insalubres, degradantes e com menores remunerações.

De forma complementar, tais mecanismos e ideologias infiltradas na estrutura e nos *modus operandi* das instituições mantidas pelo Estado burguês, irão impor aos sobrantes, aos indesejáveis, à *franja marginal* - cuja mão de obra não será aproveitada pelo capital nas condições já citadas – violências e sofrimentos, característicos do projeto político genocida antinegro e não brancos, estruturado pela classe burguesa dominante no capitalismo periférico brasileiro.

Assim sendo, “não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas.” (ALMEIDA, 2015, p. 763). Portanto, o racismo é estrutural e também é institucional, de modo que, por meio das instituições mantidas pelo Estado, se manifesta de forma determinante na vida da população negra, operacionalizando o genocídio contra esta população.

#### **4. O racismo institucional, o genocídio da população negra e a manutenção das relações de produção capitalistas.**

O racismo enquanto elemento estrutural e estruturante da sociedade e do Estado burguês brasileiro, estruturou instituições que no seu *modus operandi*, operacionaliza a *ideologia racista de dominação* de maneira a reproduzir às relações de produção capitalista, bem como a forma de organização da sociabilidade regida pelo capital. Uma sociabilidade racista, nociva para negros e negras, que são atacados por todos os lados por um projeto político genocida, orquestrado pela classe dominante do Brasil.

O genocídio da população negra, diferente do que tem se tornado comum nos debates sobre esta questão, não se resume a morte física em escala de determinado grupo étnico pertencente a raça negra. O racismo ataca a população negra das mais diversas formas, em diversas idades, em que a morte se torna apenas mais uma, e não a única, expressão do genocídio antinegro, como bem lecionou Abdias do Nascimento (1978). E nas palavras de Vargas “o genocídio antinegro no Brasil é multifacetado e é parte de um *continuum*” (VARGAS, 2010, p. 54).

A estratégia política de embranquecimento da população negra utilizando da miscigenação, da aculturação e assimilação; a perseguição e demonização das religiões de matriz africana, a quebra da autoestima, o analfabetismo, o desemprego estrutural, a pobreza compulsória, a morte em decorrência de doenças curáveis, o encarceramento em massa, a falta de políticas públicas que atendam efetivamente as demandas dos negros (as), essas são algumas expressões do

genocídio antinegro. De acordo com Márcia Campos Eurico (2013) " O racismo no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. (EURICO, 2013, p. 295)

Neste sentido, o genocídio da população negra se expressa no capitalismo periférico brasileiro como uma política de Estado (burguês) que, ao transformar a *ideologia racista de dominação* em um mecanismo de manutenção das relações de superexploração do modo de produção capitalista, coloca a população negra em condições de extrema vulnerabilidade, suscetíveis aos mais diversos níveis de exploração de sua mão de obra e a toda sorte de violências características da sociabilidade mantida pelos padrões do capital.

O projeto político genocida colocou em prática mecanismos que não só excluiu a maior parte da população negra do mercado de trabalho formal nos dias que sucederam a (falsa) abolição da escravatura, e novamente na década de 1990 no processo conhecido como reestruturação produtiva do trabalho<sup>3</sup> - em que se reduziram os postos de trabalho formal, ocasionando a demissão de trabalhadores em massa, aumento da terceirização e da modalidade de prestação de serviços, redução de salários, precarização dos postos de trabalhos e o aumento do trabalho informal - mas também reutilizou a população negra na condição de *franja marginal*<sup>4</sup> para fazer a manutenção dos baixos salários do conjunto de trabalhadores empregados.

---

<sup>3</sup>Ver Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004).

<sup>4</sup>A partir do pensamento de Moura (1983) a concepção da população negra e não brinca enquanto franja marginal "(...) reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o lunpenproletariats, mas transcende a essas duas categorias. E uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo

O desemprego estrutural afeta a população negra impondo a esta os postos de trabalhos informais, insalubres e com as piores remunerações, a colocando, enquanto classe trabalhadora que sobrevive da venda de sua mão de obra, em condições de extrema pobreza, sendo o público majoritário entre os moradores de favelas e dos bolsões periféricos, em que,

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida sua moradia, inclusive. (NASCIMENTO, 1978, p. 101)

A institucionalização do racismo como mecanismo de controle racial/social conferiu ao Estado burguês uma ferramenta que possibilita não só a manutenção das relações de produção e superexploração do trabalho, mas também realiza a mediação do projeto genocida antinegro, pois é o racismo institucional que barra o acesso da população negra aos postos de trabalho, que os barra de acessar e permanecer na ensino básico e superior.

É este mesmo racismo institucional que com o apoio da mídia sensacionalista e do senso comum constrói na consciência coletiva a imagem do negro enquanto suspeito ou propenso a criminalidade, desenhando uma mira em sua pele fazendo com que a instituição policial os tenha como alvo principal, levando, por exemplo, três polícias a puxarem o gatilho disparando cento e onze balas contra cinco jovens negros a bordo de um carro, no bairro de Costa Barros no município do Rio de Janeiro<sup>5</sup>.

---

ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco” (MOURA, 1983, p. 133)

<sup>5</sup>Sobre o massacre de Costa Barros, ver reportagem em <https://ponte.org/as-vitimas-silenciosas-de-costa-barros>.

É de suma importância compreender o racismo institucional neste processo, à medida que ele é central para a efetivação do projeto político genocida anti-negro e também como mecanismo de manutenção das relações de produção do capital. Sendo assim, Eurico (2013) afirma que o racismo institucional “refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras” (EURICO, 2013, p. 299). Dialogando com o já exposto, a autora traz uma importante dimensão da maneira como o racismo institucional se manifesta, trazendo este como “operações anônimas”, o que significa dizer que, o racismo estruturou instituições que, além de formar sujeitos racistas, opera mecanismos de discriminação racial que atuam contra a população negra, mesmo sem a consciência dos sujeitos. Nas palavras da autora,

O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (EURICO, 2013, p. 299)

Ainda segundo a autora, o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas, sendo elas: a política-programática e a das relações interpessoais. A primeira diz respeito a ações que barram a criação, implementação e efetivação de políticas públicas de combate ao racismo, ao mesmo tempo em que impedem a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas (EURICO, 2013). Já a segunda, a dimensão interpessoal do racismo institucional, está ligada às relações entre os trabalhadores, gestores e usuários de serviços, em que essa relação, independente das posições hierárquicas estabelecidas na instituição, se pauta na discriminação racial entre os sujeitos. Ou seja,

o racismo institucional se configura por meio de mecanismos de discriminação inscritos no corpo da estrutura social, e que funciona mesmo sem a intenção dos indivíduos, ou seja, se estabelece nas instituições traduzindo os interesses ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. (SCHUCMAN, 2014, p. 86)

É nessa perspectiva que reafirmamos e atribuímos a centralidade da execução e operacionalização do genocídio da população negra ao racismo institucional, pois a estruturação do Estado burguês tendo o racismo como ideologia estrutural e a consolidação, via processos históricos, de instituições que perpetuam ações de discriminação racial contra negros e negras sem necessitar diretamente da intencionalidade e da consciência dos sujeitos, faz do racismo institucional um mecanismo automático, autônomo que se estrutura para a classe burguesa dominante como uma verdadeira máquina de moer gente negra.

Além dos órgãos do Poder - governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia - as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa - a imprensa, o rádio, a televisão - a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2016, p. 112)

O genocídio antinegro é uma política de Estado que ganha contornos e significados ainda maiores quando observados e relacionados às relações de produção do sistema capitalista. Neste sistema o que tem importância é o lucro e os privilégios do grupo identificado socialmente como branco e que pertençam à classe burguesa. Isso fará com que todos aqueles negros e negras cuja mão de obra tenha sido absorvida pela exploração no mercado de trabalho formal, ou informal, apresente um risco à ordem social vigente e aos privilégios brancos. Historicamente estes grupos ameaçadores da hegemonia branco-burguesa foram contidos de duas maneiras: com o cárcere e com a morte física.

O encarceramento em massa e o extermínio de jovens negros pelas periferias brasileiras têm sido as expressões genocidas que mais tem chamado atenção dos militantes e debatedores da questão. A domesticação dos corpos negros via celas e grilhões e o extermínio da “ameaça” negra aos privilégios brancos, marcam um território em que a criminalização do pobre, seu encarceramento e extermínio se tornaram estratégias de contenção e de reorganização da sociabilidade capitalista no Brasil. E aqui, nos moldes de organização das relações de produção

no capitalismo periférico brasileiro, o indivíduo a ser criminalizado, encarcerado e exterminado, é negro. Deivison Mendes Faustino (2010) traz que,

Por mais que os pobres (como um todo) sejam estigmatizados e apontados como 'classe perigosa', causadores de suas próprias chagas e ameaça constante aos 'cidadãos de bem', não é a pobreza que representa um problema ao Capital e, sim, os trabalhadores, empregados ou desempregados, que eventualmente representem ameaça ou precisem ser realocados conforme as necessidades de livre-domínio do capital. (FAUSTINO, 2010, p. 18)

É o racismo institucional que operacionaliza a criminalização do pobre, especificamente o negro empobrecido, seu encarceramento e seu extermínio. É no plano institucional que o racismo barra o acesso negro aos direitos mais básicos e elementares, articula a venda de sua mão de obra nos espaços mais insalubres, mal remunerados e informais. Pois a *ideologia racista de dominação*, absorvida pelo capital, é transformada em política genocida de Estado, fazendo com que,

A inserção dos indivíduos em cada uma destas condições formatadas pela sociabilidade capitalista depende de um complexo jogo que mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato. (ALMEIDA, 2015, p. 761)

A reorganização dos espaços de trabalho formais ou informais, as necessidades do processo de produção capitalista, específicas da sociabilidade brasileira, sempre contaram com o genocídio da população negra para atender as necessidades do capital e interesses burgueses. Seja no processo de estruturação do capitalismo central tendo por base a exploração da mão de obra indígena e negra escravizadas no período colonial e imperial escravagista, ou posteriormente no processo de industrialização do país, em que, inicialmente, a composição dos trabalhadores industriais, e também trabalhadores do campo nas fazendas agrícolas, contaram com o mercado imigratório exportando mão de obra branca, de preferência ocidental e europeia. Clóvis Moura (1988) contribuindo com nossa análise sobre o papel do genocídio antinegro na reorganização das relações de produção do capitalismo em determinados momentos no Brasil, afirma que,

Como vemos, se, de um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas i-

riam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barganha social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo. (MOURA, 1988, p. 65)

A citação de Clóvis Moura demonstra como a branquitude, enquanto mecanismo atribuidor de privilégios ao grupo identificado socialmente como branco, opera também dentro da classe trabalhadora, concedendo benefícios, abrindo portas e limpando vias de acesso para o grupo branco pertencente a classe trabalhadora, que também será violentada pela exploração capitalista mas em condições diferentes da parcela negra da classe, submetida a superexploração do capital.

O racismo institucional continua operacionalizando o genocídio antinegro de forma a atacar violentamente o seio das famílias negras, afastando as crianças e adolescentes majoritariamente negras, via acolhimento institucional, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente, por motivo de pobreza de sua família ou sabotando a saúde das crianças negras ainda vítimas da inanição, a saúde das mães e pais negras e negros com a indução ao consumo abusivo de substâncias psicoativas, muitas vezes como alívio de uma realidade cruel e desumana, ou a indução ao mercado mortífero do comércio de substâncias ilícitas.

O genocídio antinegro, ainda hoje, barra o acesso da população negra ao mercado de trabalho nas melhores condições, nos cargos de chefia ou gerência, impede o acesso do grupo racial negro aos serviços de saúde de forma qualificada de modo a perpetuar as mortes por doenças curáveis, impede o acesso e a permanência na rede de ensino básico e superior. Tatuou uma mira nas costas dos adolescentes e jovens negros fazendo com que estes sejam alvo de violências físicas perpetradas pelas agências policiais e pela banalização da vida negra que permite que grupos de justiceiros se sintam no direito de amarrar um jovem negro,

acusado de cometer um crime, a um poste e o espanquem até a morte<sup>6</sup>. Está criminalização do ser negro também é o que promove o encarceramento em massa deste grupo.

Se for verdade que a criminalização, a violência e o encarceramento se agudizam numa época em que a reestruturação produtiva impulsiona a intensificação dos ritmos produtivos, também é verdade que esses fenômenos não são novidade para o Estado moderno, mas agora assumem funções mais precisas na sincronização dos espaços e ritmos produtivos segundo as atuais necessidades de reprodução.(FAUSTINO, 2010,p. 20)

Cabe nos discutir ainda que, a falácia da “guerra as drogas” como estratégia de combate ao tráfico e comércio ilegal de drogas, se tornou um aparato do Estado burguês brasileiro para o controle racial e manutenção das estruturas a favor da classe dominante no país. O grupo racial socialmente identificado como negro, na maioria jovens entre 15 e 29 anos de idade, se encontrando ou não na condição de usuários de substâncias psicoativas, é criminalizado, e com o aparato midiático sobre controle hegemônico burguês, é construído a imagem do negro como criminoso, como traficante, o retratando como inimigo número um da nação, o que legitima toda e qualquer violência empregada pelo Estado na tentativa de conter, encarcerar e exterminar a ameaça negra ao mundo branco. Nesta perspectiva, Luciano Góes (2017) afirma que,

Nossa “guerra contra as drogas” conferiu continuidade ao genocídio negro, uma estratégia política que ganha cores vivas do nosso racismo ao colocarmos luz na construção dos “campos de batalha”, dos inimigos de sempre (sempre alvos das balas nunca perdidas, que encontram facilmente o caminho em direção aos corpos negros) e no fundamento real escamoteado pela “saúde pública”, explicitando uma guerra racial cancelada pelo Estado, não apenas legitimando as execuções, mas impulsionando e financiando o modelo exterminador das UPP’s (Unidade Para matar Preto). (GÓES, 2017, P. 19)

A partir dessa estratégia genocida, os familiares e amigos de todos os negros e negras mortos vítimas das violências sistêmicas do Estado burguês, se veem obrigados a, mesmo depois da morte de seus entes queridos, unir forças para

---

<sup>6</sup>Sobre o episódio, ver reportagem em <https://www.geledes.org.br/mais-uma-pessoa-amarrada-em-poste-mais-um-linchamento/>

comprovar a inocência e resguardas a imagem de seus familiares e amigos vitimados pelo sistema burguês.

A destruição da imagem, da possibilidade de reconhecimento e identificação positiva com o ser negro também são expressões gravíssimas do genocídio antinegro. Sobre essas e outras violências “simbólicas” contra a população negra, Vargas (2010) aponta que,

Os conceitos de violência simbólica e do continuum genocida permitem a compreensão do genocídio como parte de uma constelação de fenômenos que variam desde as formas diárias de discriminação particularizada à marginalização estrutural (segregação residencial, desemprego, acesso barrado ao crédito), à morte historicamente persistente daqueles julgados menos do que o ser humano (...). (VARGAS, 2010, p. 52)

Para finalizar nossa análise, é importante destacar que a criminalização do pobre negro, o seu encarceramento e o extermínio da vida negra, além de ser um processo orquestrado para combater os supostos “causadores” do medo branco e ameaçadores da hegemonia burguesa dominante, também atendem a interesses econômicos, e não só ideológicos, a partir do momento em que este genocídio antinegro é re-funcionalizado e adaptado as novas necessidades das relações de produção capitalistas.

Em suma, reafirmamos que as diversas expressões genocidas, sejam elas violências simbólicas, culturais ou físicas, são operacionalizadas pelo racismo institucional, que vitimiza os negros e negras desde o ventre de suas mães. O racismo estrutural modelou, juntamente com outras ideologias, o capitalismo periférico brasileiro, estruturando uma sociedade racista cujo o Estado burguês tem no genocídio antinegro uma estratégia política para a manutenção das relações de produção capitalistas, para o controle racial, a domesticação dos corpos negros e para perpetuação dos privilégios branco-burgueses.

## **5. CONCLUSÃO**

A análise sócio-histórica da questão racial nos levou ao desvelamento de uma relação estrutural entre racismo e capitalismo, demonstrando como o desen-

volvimento do sistema capitalista no mundo, mais especificamente nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais no Brasil, estão diretamente ligados ao racismo e a forma como este estruturou o Estado burguês brasileiro e suas políticas genocidas.

As especificidades do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, tendo o objetivo não só de solidificar uma nação capitalista, mas também branca, com valores ocidentais e cristã, fez com que a população negra sofresse violências brutais e sistemáticas. Tais violências foram articuladas como política de Estado, de maneira a atacar o negro em todas as dimensões possíveis, indo desde a perseguição a sua cultura, destruição da identidade negra positiva, abuso sexual de seus corpos, desmantelamento das famílias negras, institucionalização de suas crianças, empobrecimento coercitivo, criminalização do ser negro, agressões físicas, encarceramento em massa, segregação no mercado de trabalho e no limite, o homicídio em massa de negros e negras.

Como demonstrado ao longo do texto, todas essas violências articuladas sistematicamente contra a população negra são expressões do genocídio antinegro, uma política do Estado burguês brasileiro, executada através do racismo institucional, estruturado no bojo da sociedade brasileira ao longo do desenvolvimento do capitalismo periférico. A incidência maior de determinada expressão do genocídio antinegro se dá mediante as necessidades específicas do modo de produção capitalista em determinado momento histórico.

Em suma, o genocídio da população negra é um projeto político do Estado burguês, que tem sua operacionalização na institucionalização do racismo (enquanto *ideologia racista de dominação*) pelo Estado, que a partir das instituições que mantém, faz a manutenção das relações raciais e de gênero na medida em que regula as relações de produção capitalista de acordo com suas necessidades históricas.

Sendo assim, este trabalho não se trata de uma simples retomada narrativa dos processos de desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro tendo por base o racismo. Mas buscamos realizar uma análise crítica, alicerçada na perspectiva materialista dialética, buscando compreender a relação estrutural entre racismo e capitalismo, e como esta relação colocou em funcionamento o genocídio da população negra enquanto uma política do Estado burguês brasileiro, manifesto em diversas expressões genocidas, que objetiva não só manter os privilégios que a branquitude concede às pessoas identificadas socialmente como brancas, mas também fazer a manutenção das relações de produção capitalistas.

Com isto, este trabalho almeja contribuir com a classe trabalhadora de forma a lhe munir com uma análise crítica que permita apreender o movimento concreto do real, podendo assim traçar novas estratégias de enfrentamento às explorações do modo de produção características do capitalismo, empreendendo uma luta anticapitalista junto à luta antirracista, antisexistista e contra qualquer forma de opressão e dominação, tendo por horizontes a supressão da sociedade de classes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015. p. 747-767.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, maio 2004.

EURICO, Marcia, Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, n.114, p.290-310, 2013.

GÓES, Luciano. Pátria exterminadora: o projeto genocida brasileiro. **Revista Transgressões**: Ciências Criminais em Debate, Natal, v. 2, n. 5, p.53-79, maio, semestral, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/issue/view/659/showToc>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, Salvador, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do Negro Brasileiro, Parte 1**. São Paulo: Editora Atica, 1988.. (Serie Fundamentos)

\_\_\_\_\_. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, ago./out. 1994.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914 – 2011, **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p. 83-94, 2014.

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2, jul./out. 2010.